

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21
SERVIÇO COMUM CONTRATAÇÃO DIRETA
Processo Administrativo n. 012/2024

1. DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte coletivo terrestre, de veículo tipo van, com motorista e combustível, para atendimento ao Conselho Regional de Psicologia – CRP16, em deslocamento realizado de sua equipe, conforme especificações e descrições deste Termo de Referência.

1.2. Segue quadros com especificações e quantitativos:

TIPO DE VEÍCULO	QUANTITATIVO ESTIMADO	VALOR TOTAL
Serviço de transporte terrestre (van) para 16 pessoas, deslocamento de Vitória para Aracruz, saída de Vitória dia 11 de abril pela manhã e retorno dia 12 de abril de 2024, à tarde. Itinerário: 11/04/2024 - Saída da sede do CRP16, às 9 horas 11/04/2024 – Previsão de chegada em Aracruz Sede 11h (levar para almoço, hotel, local do evento na Câmara de Vereadores, retorno ao hotel às 18 horas. 12/04/2024 – Deslocamento do Hotel no centro de Aracruz para Aldeia Caieiras Velha, Aldeia Irajá, Aldeia Piraqueaçu, Aldeia Três Plameiras, Aldeia Nova Esperança (cerca de 70km de deslocamento do hotel às aldeias). Parada para almoço e retorno a Vitória na sede do CRP16, com previsão de chegada às 16h.	300 Km	

1.3. A devolução do veículo será feita pelo motorista da própria **CONTRATADA**, sem necessidade do **CONTRATANTE** mandar lavar o veículo.

1.4. No valor de locação deverá estarem inclusos todos os custos envolvidos, tais como combustível, pedágios, tributos, manutenção, pernoite, motorista, custos do motorista, **proteção total do carro** alugado em caso de roubo, furto, colisão e incêndio, proteção adicional a danos materiais a bens de terceiros e danos pessoais a terceiros e aos ocupantes do carro alugado.

1.5. O critério de julgamento na presente contratação será pela proposta de menor valor total, ou seja, a empresa que oferecer o menor valor, combinados com o valor do pernoite máximo, será vencedor.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021).

2.1. Considerando que o CRP16 não possui veículo próprio, e a importância de assegurar a Missão de Gestão do VII Plenário, que é ampliar a participação das(os) psicólogas(os) nas atividades do Conselho. Faz-se necessária a contratação de serviço de fretamento contínuo de meio de transporte terrestre para locomoção da equipe do CRP16 nas atividades e eventos promovidos pela Autarquia, que englobam todo território do Estado do Espírito Santo.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO/ DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

3.1. Contratação de empresa de serviços de fretamento de meio de transporteterrestre com disponibilidade de veículos que comportem o transporte de até 16 pessoas.

3.2. O serviço deverá incluir motorista, com disponibilidade de viagens para todo o estado do ES inclusive com pernoite.

3.3. O custeio da alimentação, diária e hospedagem do motorista será de responsabilidade da contratada.

3.4. Possibilidade de veículos acessíveis.

3.5. O valor dos serviços deve ser apresentado na proposta levando em consideração a quilometragem e demais custos inerentes ao serviço como motorista, combustível, pedágios, tributos, manutenção do veículo, seguros, dentre outros.

3.6. Todos os veículos deverão ser licenciados para o tráfego rodoviário, junto aos órgãos reguladores e fiscalizadores em território nacional.

3.7. Todos os veículos deverão possuir cinto de segurança e demais itens de segurança exigidos pelos órgãos reguladores e fiscalizadores em território nacional.

3.8. Os motoristas enviados pela empresa deverão apresentar habilitação compatível com os veículos descritos no subitem 1.2 deste Termo de Referência.

3.9. Os veiculos utilizados deverão ter no máximo 05 anos de fabricação.

3.10. A empresa deverá apresentar no momento da contratação a apólice de seguro do veículo e o documento de licenciamento anual.

3.11. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.12. Todas os custos dos serviços serão de responsabilidade da contratada, como por exemplo, combustível, manutenção do veículo, pneus, pedágios, tributos, diárias, hospedagem e alimentação de motoristas e parcelas trabalhistas.

3.13. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do CRP/16 na rubrica 6.2.2.1.1.01.04.03.009.008- Locação de Meios de Transporte.

4. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL/ DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (arts. 6º, XXIII,

alínea “e” da Lei nº 14.133/2021).

4.1 O objeto do contrato será recebido conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

§ 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

4.2 Valemo-nos de registrar o art. 95 Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório (grifo nosso), salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço: I - dispensa de licitação em razão de valor.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar o veículo em condições adequadas e com os equipamentos de segurança exigidos pela legislação pertinente e assegurar o comparecimento na data e local indicados previamente pelo CRP16 quando da solicitação do serviço.

5.2. A **CONTRATADA** deverá dispor de veículos com motoristas, GPS e seguro veicular, bem como, os veículos deverão estar em perfeito estado de conservação mecânica e higienizados, tanto externamente quanto internamente.

5.3. Os veículos deverão estar no local indicado na requisição 30 (trinta) minutos antes do horário previsto na requisição, devidamente abastecidos, conforme o percurso indicado na requisição. O abastecimento será realizado pela **CONTRATADA**, sem nenhuma despesa ou custo para o **CONTRATANTE**.

5.4. As despesas referentes a alimentação e hospedagem do(s) motorista(s), para diárias fora e dentro do município, deverão ser pagas pela **CONTRATADA**. **Considera-se DIÁRIA A PERNOITE A PARTIR DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.**

5.5. Deverá arcar com as despesas pelo cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas, encargos sociais, transporte, hospedagem, alimentação, frete, entrega, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e demais despesas diretas e/ou indiretas, necessárias à execução total do objeto contratado, inexistindo qualquer tipo de solidariedade do **CONTRATANTE**, para com a **CONTRATADA** quanto a estas obrigações;

- 5.6. Cumprir fielmente o objeto contratado de modo que se realize com esmero e perfeição e no prazo estabelecido, executando-o sob sua inteira responsabilidade;
- 5.7. Não transferir a terceiros a execução do objeto do presente instrumento.
- 5.8. Cumprir as atividades com profissionais especializados, assumindo total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação aplicável referente ao objeto de que trata o presente instrumento;
- 5.9. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do **CONTRATANTE** ou em qualquer outro local onde estejam prestando os serviços objeto do presente instrumento, devendo adotar as providências que exigir a legislação em vigor
- 5.10. Informar imediatamente o **CONTRATANTE** toda e qualquer excepcionalidade durante a execução do objeto deste contrato, que possam porventura atrasar o serviço e/ou as condições de entrega e execução;
- 5.11. Não empregar menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
- 5.12. Declaração da **CONTRATADA** de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, sujeito a penalidades conforme a Lei 14.133/21 em caso de descumprimento.
- 5.13. Garantir que os motoristas estejam devidamente uniformizados com camisa polo e/ou social e calça social, identificados com a logomarca da **CONTRATADA** e com crachá;
- 5.14. Substituir o veículo e/ou motorista considerado(s) sem condições de atender o objeto do contrato, quando requerido pelo **CONTRATANTE**.
- 5.15. Os mesmos deverão ser substituídos no prazo de 2 (duas) horas, quando se tratar dos municípios da Grande Vitória/ES, e de 24 (vinte e quatro) horas, para as demais localidades, sem nenhum custo ao **CONTRATANTE**;
- 5.16. Fornecer ao **CONTRATANTE**, veículos devidamente cobertos por seguro total (cobertura compreensiva que inclua danos materiais, corporais, morte e invalidez), contra furto, roubo, incêndio, acidente, terceiros, enchente, assistência funeral e assistência 24 horas, no valor equivalente ao prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (D.P.V.A.T), para os motoristas, pessoas de apoio, colaboradores do SEBRAE/RR e terceiros;
- 5.17. Dispor de seguro veicular regido pela legislação vigente no Brasil;
- 5.18. Arcar com toda e qualquer multa sobre infração de trânsito e/ou descumprimento de legislação em vigor;

5.19. Orientar seus funcionários (motoristas) a permanecerem disponíveis no local especificado durante toda a execução do serviço, exceto que seja dispensado pelo representante do CONTRATANTE, porém, deverá ficar este atento a continuidade da execução do serviço;

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. A **CONTRATANTE** enviará por e-mail a solicitação junto com as informações (local, data, horário de início e término da viagem, destino e detalhes relacionados ao trecho a percorrer, nome do servidor responsável) sobre o evento com no mínimo 24 horas de antecedência;

6.2. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as facilidades necessárias à boa execução do objeto da contratação e designar um representante seu para acompanhar o contrato e para dirimir eventuais dúvidas a ele vinculadas.

6.3. Efetuar os pagamentos devidos em função do usufruto do objeto, estritamente de acordo com o disposto neste termo.

6.4. Realizar as requisições de veículos utilizando as ferramentas fornecidas pela **CONTRATADA**, dentro dos procedimentos estabelecidos.

6.5. Comunicar à **CONTRATADA**, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratuais previstas.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21).

7.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

7.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.1.3. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.1.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.3.3. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

7.1.3.3.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou

entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º), no prazo indicado pelo fiscal.

7.1.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 116).

7.1.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.1.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.1.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.1.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.1.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.2. DO RECEBIMENTO E DA FORMA DE PAGAMENTO

7.2.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.2.2. Em caso de rejeição, o fiscal fixará prazo para que a irregularidade seja sanada, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

7.2.3. Nesse caso, cabe à fiscalização não atestar a NF do serviço até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório

7.2.4. A aprovação da medição prévia apresentada pelo contratado não o exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

7.2.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 01 (uma) hora, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

7.2.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de fixado pelo fiscal de contrato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.7. A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica, indicando o número da conta corrente, agência e banco, que será atestada pelo Secretário da pasta ou servidor expressamente designado, enviando para o e-mail adm@crp16.org.br e financeiro@crp16.org.br.

7.2.8. 6.2.7 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após o cumprimento dos subitens anteriores;

7.2.9. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, serão devolvidos à contratada para as correções necessárias, não respondendo a contratante por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da contratada;

7.2.10. A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastro de Fornecedores, para verificação da situação da CONTRATADA em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

7.3. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

7.3.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.3.1.1 não produzir os resultados acordados,

7.3.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá- los com qualidade ou quantidade inferior à demandada

8. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E CAPACIDADE TÉCNICA (art. 18, III, da Lei n. 14.133/2021)

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pela razão abaixo justificada, tendo em vista que o serviço não exige dedicação exclusiva de mão de obra.

8.2. A empresa vevedora deverá apresentar atestado de capacidade técnica, de que já prestou os serviços objeto do presente termo de referência.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, II, da Lei n.º 14.133/2021. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- d) Caso a empresa não seja cadastrada no SICAF, deve-se possuir todas as certidões negativas válidas.

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.426, de 1662, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.7. 8.6. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.11. Habilitação Jurídica:

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

9.14. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.15. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1963.

9.18. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.20. prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

Vitória-ES, 02 de abril de 2024.

Elainne Maretto
Gerente Administrativa e Financeira
Conselho Regional de Psicologia 16ª Região ES

**APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E
AUTORIZO A AQUISIÇÃO COM FULCRO NO ART. 75, II, DA
LEI 14.133/2021, DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

ENCAMINHE-SE À ÁREA DE COMPRAS PARA AS
PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

Vitória/ES, 02 de abril de 2024.

Thiago Pereira Machado
Conselheiro Presidente CRP16/ES